



O catolicismo juiz-forano impresso nas páginas d'O Lampadário

Juiz de Fora catholicism printed in the pages of O Lampadário

Rosiléa Archanjo de Almeida¹

Resumo: Em meio as transformações no cenário mundial e nacional na década de 1920, analisamos em nossa pesquisa a Igreja Católica em Juiz de Fora (MG), a partir dos artigos publicados no jornal *O Lampadário*. Esse impresso era o órgão oficial da imprensa católica do município, desde a fundação da diocese local em 1924, sendo idealizado pelo primeiro bispo da cidade, Dom Justino José de Sant'Ana. Questionamos como era a exposição da Igreja, dentro de um panorama, onde a instituição religiosa se deparava com desafios advindos da modernidade. Com a vinda de imigrantes, Juiz de Fora se enriqueceu no âmbito religioso, com outras denominações, diversas do catolicismo local hegemônico. Pesquisas bibliográficas, baseiam a metodologia do nosso estudo em busca de uma hermenêutica, a partir da análise do discurso católico no periódico da diocese.

Palavras-Chave: O Lampadário. Igreja. Exposição.

Abstract: In the midst of transformations on the world and national scene in the 1920s, we analyzed the Catholic Church in Juiz de Fora (MG) in our research, based on articles published in the newspaper *O Lampadário*. This publication was the official organ of the Catholic press in the municipality, since the founding of the local diocese in 1924, and was conceived by the first bishop of the city, Dom Justino José de Sant'Ana. We question how the Church's exposure was, within a panorama, where the religious institution was faced with challenges arising from modernity. With the arrival of immigrants, Juiz de Fora was enriched in the religious field, with other denominations, different from the hegemonic local Catholicism. Bibliographic researches, base the methodology of our study in search of a hermeneutics, from the analysis of the Catholic discourse in the diocesan journal.

Keywords: The Lamp. Church. Exposure.

Introdução

Com a fundação da Diocese de Juiz de Fora em 1º de fevereiro de 1924, sob a Bula Pontifícia “*Ad Sacrosancti Apostolatus Officium*” do Papa Pio XI a Igreja passou a ter liderança no município. Entretanto, a instalação canônica só ocorreu em 1º de

¹ Doutoranda em Ciência da Religião no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião (PPCIR) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: rosileaarhanjo@yahoo.com.br.



fevereiro de 1925, com a chegada de Dom Justino José de Sant'Ana, seu primeiro bispo (ARQUIDIOCESE, 2011).

Aspectos observados na literatura juiz-forana nos apresentam traços do episcopado de Dom Justino, que tinha como lema: “*O Senhor é a minha fortaleza*”. O impresso “*O Lampadário*”, idealizado pelo bispo, foi a publicação oficial da Igreja, onde encontramos várias diretrizes episcopais, principalmente em relação a formação moral dos fiéis juiz-foranos, como veremos em nossa pesquisa.

Assim como em outros impressos católicos, os leitores d’O Lampadário eram responsáveis por sustentar os órgãos da “boa imprensa”, que defendia a causa da Igreja, combatia o protestantismo, a maçonaria, as outras crenças e o feminismo. E Dom Justino colocava em prática, dessa forma, a “boa imprensa” na cidade.

1. De Santo Antônio do Parhaybuna à Manchester industrial

Várias versões tentam explicar a introdução do nome Juiz de Fora, em detrimento à antiga alcunha do povoado de Santo Antônio de Parahybuna, que remetia ao santo católico português. Todavia, segundo apresenta Musse (2008), uma pesquisa realizada na década de 1980 por Alexandre Miranda Delgado, nos arquivos da Torre do Tombo em Portugal, sugere uma versão mais acurada para a designação da cidade. A partir de apontamentos reproduzidos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, um documento datado de 18 de março de 1711 descreve a nomeação do bacharel Luís Forte Bustamante e Sá, como juiz, servidor da Coroa Portuguesa que prestou serviços no Rio de Janeiro no século XVIII (MUSSE, 2008).

As pesquisas de Alexandre Delgado, acrescentam que em 6 de novembro de 1728 o prédio da fazenda construído por Luís Forte Bustamante e Sá, foi vendido ao seu genro, o Desembargador e Juiz do Fisco doutor Roberto Carr Ribeiro (MUSSE, 2008). Dez anos mais tarde, em 10 de setembro de 1738, Roberto Carr e sua esposa Maria Angélica de Sá venderam a “*Fazenda do Juiz de Fora*” para o fazendeiro Antônio Vidal.

Conforme Pereira (2002), a primeira capela do território de Antônio Vidal foi requerida em 1741 por este proprietário, solicitando licença ao Bispo do Rio de Janeiro para a construção da igreja que aproximaria sua família e seus vizinhos (PEREIRA,

2002). Em visita pastoral, no ano de 1824, “por delegação do Bispo Diocesano de Mariana, Dom José da Santíssima Trindade, o padre Manuel Rodrigues da Costa, deu notícias sobre a “capela de Santo Antônio das Boiadas, a 4 léguas da matriz, e ainda se trabalha na sua perfeição, nova e em bom local” (ARQUIDIOCESE, 2011, p. 21).

A partir do cenário de crescimento local Botti (1994), observa as primeiras características urbanas da cidade e suas ocupações iniciais.

Entre os povoados que aí se desenvolveram, o primeiro de que se tem notícia é o povoado do Morro da Boiada, dedicado à proteção de Santo Antônio de Pádua. Juiz de Fora, chamou-se originalmente, Santo Antônio do Morro da Boiada do Parahybuna. E, por contração, ficou conhecida como Arraial de Santo Antônio do Parahybuna. Outros povoados eram o povoado do Alto dos Passos, o povoado do Tapera e, o mais forte deles, o povoado que se formou em torno da Fazenda Velha de Bustamante e Sá, um Juiz de Fora aposentado (BOTTI, 1994, p.19).

Com a *Lei Provincial n° 472*, artigo 8, de 31 de maio de 1850 foi promulgada a fundação da Vila de Santo Antônio do Paraibuna, passando o distrito à categoria de Vila. Aos 19 de dezembro de 1865, sob *Lei a Provincial n° 1.262*, a Vila foi enfim elevada a cidade, recebendo o nome de Cidade do Juiz de Fora (PEREIRA, 2002).

No *Álbum Juiz de Fora em Dois Tempos* (1996), acredita-se, que “[...] a escolha do nome evidencia a tendência de relegar ao esquecimento o núcleo original do povoado na outra banda do rio, onde localizava-se a fazenda do Juiz de Fora” (ÁLBUM, 1996, p.14).

Lins e Brandão (2012) sugerem que Juiz de Fora foi a primeira a se industrializar em Minas Gerais, e este fato lhe conferiu a alcunha de “*Manchester Mineira*”, denominação dada por Rui Barbosa². Segundo Pereira (2002), a referência se dá pela comparação arquitetônica das indústrias juiz-foranas com as da cidade da Inglaterra, “cujas fábricas possuíam as fachadas feitas com tijolos aparentes, como da cidade inglesa” (PEREIRA, 2002, p. 25).

Segundo Giroletti (1988) o processo de industrialização de Juiz de Fora pode ser observado a partir do dinamismo que a *Estrada União & Indústria* trouxe para a cidade, diferenciando dos outros municípios da Zona da Mata. Paulino Oliveira (1966) afirma que a estrada, foi responsável por estabelecer uma colônia de imigrantes na

² Se destacou como jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador.
Sacrilegens, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, p. 115-131, jul/dez 2022

cidade, proporcionando o rápido surto de progresso no município, transformando-o num entreposto onde convergiam as atenções da metrópole e dos estrangeiros que a visitavam. Além do mais, o número de estrangeiros, juntamente com os escravos, foi responsável por dobrar a população da cidade.

Aliado a construção da nova estrada, segundo Esteves (1915), em 12 de setembro de 1870, inaugurou-se a primeira estação Telegráfica de Juiz de Fora. Oito anos depois, em 1878, foi instalado o fórum da cidade e a Estrada Nova (Avenida Rio Branco) começou a ser arborizada (ESTEVES, 1915).

Também no início de 1870 a ferrovia D. Pedro II se instalou no estado de Minas Gerais para auxiliar no transporte do café com destino ao Rio de Janeiro. Com o incremento comercial, a hotelaria se solidificou, chegando a abrigar mais de dez hotéis no final de 1870, espalhados nas aproximadas dez ruas em funcionamento no centro que conhecemos hoje (LESSA, 1985).

No período conhecido por encilhamento³, foi fundado em 13 de julho de 1887, com capital local o Banco Territorial e Mercantil de Minas. Embora esse banco tenha durado apenas cinco anos, sendo extinto em 1892, abriu agências em outras cidades e após sua falência, motivou a abertura de outras instituições financeiras, como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais⁴, que inspirado nos moldes franceses, abarcou um sistema financeiro consolidado, com administração sólida, em mais de um século de existência (CROCE, 2007).

O industrial Bernardo Mascarenhas⁵, impulsionou a partir de 1888 a industrialização local, a partir de sua mentalidade visionária e de grande investimento capital, trazendo para Juiz de Fora a energia elétrica, como lembra Botti (1994).

A ideia de iluminar Juiz de Fora através da eletricidade transforma-se para Mascarenhas em forte determinação. Em agosto de 1887, comparece à inauguração da iluminação elétrica da Cia. Industrial Mineira (que pertencia ao grupo inglês) e decide não mais perder o tempo, em requerimento de 11 de outubro, solicita à Câmara Municipal mudança no contrato de fornecimento de iluminação que passaria a ser gerada eletricamente, consideradas as vantagens dessa alternativa sobre a iluminação a gás (BOTTI, 1994, p.28).

³ Conforme Croce (2007), período caracterizado pela política econômica elaborada para a fase produtiva do país.

⁴ A primeira reunião dos seus iniciadores foi realizada em 18 de setembro de 1888.

⁵ Nascido em Paraopeba (MG) em 1846. Morreu em Juiz de Fora em 1899. No Brasil, formou sociedade com seus irmãos e fundou a tecelagem “Cedro”, em Sete Lagoas e “Cachoeira”, em Curvelo.

Para alcançar mais dinamismo a sua indústria, Mascarenhas objetivou a construção de uma hidrelétrica. Para isso, adquiriu uma área de três alqueires nas proximidades da cachoeira dos Marmelos, à seis quilômetros do centro da cidade (LESSA, 1985). Já em 1893, a Companhia Mineira de Eletricidade (CME) adquiriu a concessão do serviço telefônico da cidade que possuía até então cerca de cem aparelhos telefônicos (MUSSE, 2008). Um ano antes de sua morte, Mascarenhas introduziu em sua indústria, o primeiro motor elétrico da América Latina.

A partir da década de 1900 observamos o auge das tecelagens em Juiz de Fora aliada a rica produção no ramo alimentício. Segundo Barbosa (2013), se no estado haviam doze grandes tecelagens entre os anos de 1901 e 1910, sete delas se localizavam em Juiz de Fora.

2. O contexto católico juiz-forano e seus desafios

O cenário de dependência à Mariana só alcançou sua desvinculação a partir de 1924, quando se fundou a Diocese de Juiz de Fora. Antes disso, a cidade vivenciou o período da Romanização da Igreja Católica.

[...] não correspondia à autonomia religiosa, a sede do bispado era em Mariana. Por isto os prepostos locais eram conservadores e a cidade sentia efeitos da mão de ferro do bispo de Mariana: Perseguição à colônia alemã, de maioria luterana; combate à instalação dos metodistas e à instalação de suas escolas; pressões sobre a assembleia provincial contra a câmara local (MOREIRA, 2008, p.63).

A Romanização do catolicismo brasileiro ocorreu entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX, num processo de separação da Igreja do poder do Estado, colocando-a sob a dependência direta da Santa Sé, como explica Beozzo (1981).

Em relação aos fiéis juiz-foranos, a cidade “[...] era objeto de atenção dos líderes católicos, preocupados por estarem os ‘ricos’, os jovens e os operários afastados da Igreja” (ÁLBUM, 1996, p. 71). Já o clero diocesano, embora não fosse numeroso, já exercia forte influência sobre a sociedade local, por meio desses templos e capelas, procurando atingir os fiéis e implantar os ideais romanizados (AZZI, 2000).

Dessa forma, a hierarquia eclesiástica se achava no direito de exercer



o controle moral sobre a população e impor aos seus fiéis uma obediência irrestrita às autoridades constituídas. Por isso, a Igreja Católica se apresenta como um forte sustentáculo da ordem social nesse período (CASTRO, 2008, p. 54-55).

Corroborando com a observação dos desafios para os bispos de Mariana, Azevedo (1997), nos aponta que os principais ‘inimigos’ do catolicismo em Juiz de Fora eram “[...] a falta de catequese, a instrução religiosa, os escândalos do clero, o indiferentismo religioso, a falta de militância dos católicos, acomodados e adormecidos, embalados pelo Padroado” (AZEVEDO, 1997, p. 109).

Ao considerar a forte industrialização de Juiz de Fora, como uma das causas de afastamento dos fiéis da Igreja, Beozzo (1981), nos aponta que padre Júlio Maria⁶ acusou a Juiz de Fora de Nínive, quando se dirigiu aos operários.

Quantos são os operários que nesta cidade procuram a Igreja já não digo para a confissão e comunhão, mas simplesmente para a assistência à missa? De cada centena se pode tirar um? De fato os operários estão afastados da Igreja; nem sequer de espaço em espaço a procuram. Jesus Cristo é o Deus dos pobres, dos miseráveis, dos proletários. É principalmente para atraí-los a Jesus Cristo que a Igreja não se cansa de lembrar o seu amor pela pobreza, a sua renúncia dos bens do mundo, a fome e a sede que sofreu... Quantos são os proletários que procuram a Igreja? Pelas ruas veremos muitos; na Igreja nenhum (BEOZZO, 1981, p. 118).

Outro aspecto a ser analisado, é a formação do clero, que continha feições diferentes da pretendida pelo bispado marianense, reforçando o empenho do Bispo para que Juiz de Fora se enquadrasse nesse modelo diocesano, como recorda Pereira (2002).

Em geral, a formação teológica dos clérigos era bastante limitada, porém o nível cultural é ainda bastante elevado com relação à população. Era comum neste período que os clérigos fossem absorvidos por atividades profanas, seja de caráter comercial, ou profissional, seja de participação política (PEREIRA, 2002, p.47).

Sabemos da importância da presença das outras religiões para Juiz de Fora, porém nesta pesquisa, focamos em especial, ainda que brevemente, sobre a relação que

⁶ Júlio César de Moraes Carneiro, natural de Angra dos Reis-RJ. Em Mar de Espanha, casou-se em 1877 com Ana Clementina Rothier Duarte que vem a falecer, ainda jovem. Viúvo pela segunda vez, ingressa no Seminário Maior de Mariana. Aos 41 anos, passaria a assinar Júlio Maria em homenagem a Nossa Senhora. Em 1892, inicia sua vida sacerdotal em Juiz de Fora como capelão da igreja de São Sebastião. *Sacrilegens, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, p. 115-131, jul/dez 2022*

os protestantes, os espíritas e os maçons, mantinham com a Igreja Católica, assim apontamos trechos principais dos confrontos entre as denominações em Juiz de Fora até a consolidação da Romanização.

Couto (2016) aponta que é no contexto chegada dos imigrantes alemães para a construção da Estrada *União & Indústria*, que se instala em Juiz de Fora a confissão de fé luterana⁷. Após constantes reclamações dos colonos alemães, a Companhia *União & Indústria* cedeu terreno no Morro da Gratidão para a construção de um Cemitério e de uma Capela, em 1858. Os imigrantes, acreditavam que “[...] estavam sendo sepultados em locais não considerados ‘sagrados’, como em terrenos próximos à hospedaria, por exemplo” (COSTA, 2018, p. 75). Dessa forma, a área foi consagrada em 1860, o cemitério foi doado aos cultos católico e evangélico em 1878. No ano seguinte, foi inaugurada, a capela em honra a Nossa Senhora da Glória (ÁLBUM, 1996). Em relação ao Cemitério da Glória, “devido à intolerância religiosa existente na época, [...] teve que ser dividido entre católicos e protestantes, razão pela qual existe até hoje a separação de sepulturas” (KAPPEL, 2002, p. 28).

Ainda assim, podemos considerar, que talvez, os Metodistas tiveram mais confrontos com a Igreja Católica, na maioria das vezes, sob ofensas dos padres Tiago Mendes e Hippólito de Oliveira. A partir de 1886, os metodistas respondiam às críticas que lhes eram feitas, pelo jornal *O Metodista Católico*. O clero local, então direcionado por padre Tiago Mendes, também se utilizava dos jornais para rebater as críticas protestantes. Para aumentar de forma acirrada a relação entre católicos e metodistas, padre Tiago, protagonizou inúmeros episódios públicos contra esta denominação, como aponta Oliveira, P. (1966), um deles ocorreu quando o sacerdote não aceitou o sepultamento de um indivíduo, que fora encomendado por ministro metodista, no Cemitério Municipal.

As discussões entre as duas religiões intensificaram ainda mais, a partir da fundação em 08 de setembro de 1889 do *Colégio Metodista Grambery*. A instituição educacional era a maior da região, influenciada pelos os ideais liberais norte-americanos (SILVA, 2015), de trabalho, eficiência e democracia liberal. Em contrapartida, para

⁷ Em 10 de maio de 1886 foi inaugurado a “Casa Grande de Oração”, primeira capela em Juiz de Fora, situada na Rua General Gomes Carneiro, bairro Villagem da Construção, atual Bairro Fábrica (KAPPEL, 2002, p.35).



combater o avanço protestante, um grupo de católicos foi responsável por fundar em 1894, a *Academia de Comércio*.

Dessa forma, a criação de colégios confessionais católicos foi fundamental para levar aos fiéis os princípios romanizadores que deveriam nortear suas vidas em sociedade. Ao matricularem seus filhos, a elite juizforana garantiu a sobrevivência desses colégios e também contribuiu para o enquadramento dos jovens e crianças nos parâmetros de sociabilidade do modelo romanizador. As famílias pobres também tiveram acesso a colégios católicos criados pelos institutos e congregações religiosos (CASTRO, 2008, p.51).

Assim, o catolicismo e protestantismo, concorriam além do campo religioso, a formação dos profissionais da cidade.

Além dos protestantes, sabemos que as ideias liberais do espiritismo não eram bem vistas pela instituição católica, e o kardecismo enfrentou alguns problemas com seus adeptos quanto ao pertencimento dos mesmos a ao julgamento e classificação do “verdadeiro espiritismo” (PAIVA, 2009), acrescido a esse embate

[...] em Juiz de Fora, e em outras regiões, era comum que grande parte dos convertidos ao Espiritismo se mantivesse numa posição de transição entre a Igreja Católica e a doutrina espírita, dando margem à existência de espiritas muito ligados ao Catolicismo (OLIVEIRA, S. 2003, p. 149).

Em meio a popularidade da religião, ainda havia a mentalidade temerária, apontando essa denominação como “[...] uma “seita” que não deveria ser levada a sério e sim tratada como um ‘passatempo’, uma ‘diversão’, ‘uma mania como outra qualquer e nada mais’” (O ESPIRITISMO, 1926, p. 1).

A Igreja Católica, alertava seus fiéis contra o espiritismo, como podemos comprovar em resolução aprovada nas Conferências Episcopais da Província Eclesiástica de Mariana, datada de 1923.

Aos nossos diocesanos fazemos um apelo, para que se mantenham firmes na fé catholica, nunca assistam a pregações protestantes ou sessões espiritas, nunca leiam livros, folhetos, ou jornaes de nenhuma dessas seitas, nunca procurem ou aceitem remédios de curandeiros espiritas, nunca mandem seus filhos a colégios protestantes ou espiritas, nunca tomem parte em festas promovidas pela Maçonaria ou qualquer outra seita e nunca auxiliem inimigos da Egreja na construção de seus templos e escolas (RESOLUÇÕES, 1923, p. 7).



Sabemos que o contexto sociocultural de Juiz de Fora no início do século XX também foi favorável à implantação da Maçonaria, dotada de princípios de civilidade e com ideias de avanço. Os protestantes, os espíritas, os maçons e os positivistas, formavam, inclusive, um grupo que fazia oposição ao predomínio católico na cidade.

A princípio, todos concordavam com a necessidade de um entendimento entre religião e ciência, já que para eles a fé não se opunha ao progresso do homem. Além disso, buscavam através de suas idéias, alcançar a camada urbana letrada, ou seja, a classe burguesa emergente e consideravam a Igreja Católica uma instituição “conservadora e retrógrada, responsável pelo atraso do país” (PAIVA, 2009, p. 40).

Em contrapartida, a alocução da Igreja Católica, buscava alertar os fiéis dos perigos que o progresso representava e das mazelas que ele poderia acarretar. Dessa forma, a missão da Igreja era pregar a verdadeira sabedoria, ancorada nos princípios católicos, e afastar os fiéis dos inimigos da fé e da ordem.

3. A Boa Imprensa

Desde a Pastoral Coletiva de 1890⁸, a imprensa foi um dos organismos importantes para a Igreja Católica, evidenciando a urgência de criação e difusão de órgãos confessionais, que recebeu a denominação de “boa imprensa”. Azzi (1994), nos aponta que a Igreja se preocupava com a informação e formação de seus fiéis, no sentido de melhor esclarecer os mesmos sobre as crenças e as religiões. Para a historiadora Ana Claudia Ribas (2009), com a “boa imprensa” o clero brasileiro tinha o grande interesse “[...] em recuperar seus privilégios perdidos com a República, e restabelecer sua influência na esfera pública e política, utilizando-se entre outros artifícios, da Boa Imprensa” (RIBAS, 2009, p. 38).

Por meios de pesquisas, sabemos que, Papa Leão XIII⁹ foi responsável por distinguir a “boa” e a “má” imprensa, a partir de uma classificação hierárquica, na qual, a primeira era vista como uma das principais formas de conservação da fé na sociedade,

⁸ Resposta da Igreja ao Governo Provisório, que extinguiu o Padroado e separava a Igreja do Estado.

⁹ Foi papa entre os anos de 1878 e 1903.

e sua opositora, a “má imprensa” (imprensa laica), seria a ameaçadora da ordem social, pois criticava o catolicismo e os fundamentos cristãos da sociedade.

Ribas (2009), aponta que o foco da fala era “[...] em campanhas de higienização e moralização da sociedade, e empreendendo uma batalha contra o liberalismo, o comunismo, o protestantismo e o espiritismo, que, segundo sua ótica, ameaçavam o bom andamento da sociedade” (RIBAS, 2009, p. 28). Pereira (2002) também dialoga com Ribas (2009), nos explicando que a utilização da chamada “boa imprensa”, assim como os veículos laicos, seria um importante instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social, “[...] fazendo emergir sujeitos dotados de consciência em determinadas épocas e suas práticas sociais” (PEREIRA, 2002, p. 43).

Lustosa (1983), pioneiro no desenvolvimento de estudos sobre a imprensa católica, afirma que no Concílio Plenário Latino-Americano (1889), nas Pastorais Coletivas do episcopado brasileiro (1890, 1900, 1910, 1915) e nas cartas pastorais, a abordagem sobre a inserção do catolicismo na imprensa, se apresentava como preocupação recorrente da Santa Sé (LUSTOSA, 1983).

Os bispos se engajavam “na luta pela implantação e sustentação do que eles chamam de ‘Boa Imprensa’” (LUSTOSA, 1983, p. 5), a partir de “um trabalho sério e organizado em favor da imprensa católica” (LUSTOSA, 1983, p. 22). Mas destacamos que além do clero, essa vertente da imprensa, também era formada por leigos intelectuais, produtores dos conteúdos publicados nos periódicos católicos da época. Nesse sentido, Ribas (2009) afirma a importância desses leigos para a discussão dos diversos assuntos, além dos religiosos.

Ao se basear em jornais, cartas pastorais e Pastorais Coletivas, Lustosa (1983) nos indica uma periodização para a “boa imprensa”, iniciada a partir dos anos de 1830 e, dividida em quatro fases, a terceira fase tratava-se as organização e articulação da “boa imprensa”, onde “os responsáveis do jornalismo católico se preocupam mais com a infraestrutura do jornal. Funda-se o *Centro da Boa Imprensa e a Liga correspondente*. Há tentativa de centralização de informações com a agência de notícias católicas” (LUSTOSA, 1983, p. 12, grifos do autor). Assim, *O Lampadário* se enquadraria na terceira fase, onde ocorre na “boa imprensa”, a “reorganização e coordenação”

hierárquica eclesial e pelos leigos, conforme determinações da Santa Sé, do Concílio Plenário Latino-Americano, das Pastorais Coletivas e dos Congressos Católicos¹⁰.

A partir de então a “boa imprensa” passou a ocupar um lugar de destaque, levando à criação da *Associação da Boa Imprensa* e de um jornal de alcance nacional (LUSTOSA, 1983, p. 17-18). Foram então fundados o *Centro da Boa Imprensa* e a *Liga da Boa Imprensa*, com o intuito de melhor articular e convergir os esforços para a definição do “modelo de um jornal católico”. Além disso, a fundação do *Centro Dom Vital*, em 1922, liderada por Jackson de Figueiredo, permitiu nacionalmente a articulação da intelectualidade católica leiga, em favor da criação de vários periódicos católicos pelo Brasil (LUSTOSA, 1983). Já em 1921, foi fundada a revista “*A Ordem*”, também idealizada por Jackson de Figueiredo. Essa publicação foi incorporada pelo Centro e tornou-se o seu principal órgão de divulgação (LUSTOSA, 1983).

4. Jornal “O Lampadário” e a exposição do catolicismo

Observamos que no jornalismo existe influência no que é noticiado e o como se noticia, através de uma espécie de norma definida pela direção do jornal, conhecida por linha editorial. Em relação ao *O Lampadário*, verificamos que a ideia de criação do jornal demonstra também a predileção de Dom Justino pela comunicação, já que quando era padre em Canavieiras (atual Ilhéus-BA) fundou e manteve o impresso “*A Verdade*” (ALMEIDA, 2018, p. 17). Já na primeira edição do impresso, observamos seu objetivo de circulação e sua oposição em relação à publicação de matérias polêmicas que, “[...] arruinam e matam, promovendo o mal e não o bem da sociedade que desejamos acima de tudo” (O LAMPADÁRIO, 1926, p. 1).

O subtítulo “*Pro Deo et Patria*” (“*Por Deus e pela Pátria*”), reforçava uma conotação apologética do jornal, “[...] em defesa da doutrina e da organização católica, em fase de afirmação no país” (AZZI, 2000, p. 283). Este emblema, na verdade, juntamente com a opinião do redator chefe Glicério Lino de Sant’Ana, resumia o que era publicado n’*O Lampadário*.

Dessa maneira, embora recebesse notícias vindas das paróquias e de seus sacerdotes, assim como outros periódicos religiosos da época, *O Lampadário* se pautava

¹⁰ O Primeiro Congresso de Jornalistas Católicos, realizado de 31 de março a 4 de abril de 1910. *Sacrilegens, Juiz de Fora*, v. 19, n. 2, p. 115-131, jul/dez 2022



pela opinião do editor. Ou seja, como nos aponta Beltrão (1980), definida como o julgamento que se fazia “sobre determinado problema ou questão o grupo de elite” (BELTRÃO, 1980, p. 19) que mantinha o veículo, neste caso, a Igreja Católica.

Conforme Azzi (2000), *O Lampadário* recebia pouca colaboração das lideranças católicas da cidade, veiculando majoritariamente a opinião de seu editor Glicério de Sant’Ana, que possivelmente era professor e amigo de Dom Justino, quando ainda era sacerdote.

O periódico era publicado semanalmente, em quatro páginas de formato pequeno, contudo, a partir de 28 de agosto de 1927, passou a ser impresso em tamanho de tabloide (AZZI, 2000), na edição de número 77.

Podemos observar que o público *d’O Lampadário* era desenvolvido, em grande parte por clérigos, religiosos, seminaristas, e membros de associações religiosas, embora no seu primeiro editorial, se admitia uma amplitude além da eclesiástica em relação à abrangência de leitores, “[...] proporcionar ao povo em geral, mais um meio ao conhecimento do que for necessário para o progresso da sua vida espiritual e também material [...]” (O LAMPADÁRIO, 01 mar. 1926, p. 1).

O impresso vendido por meio de assinaturas, era composto em suas cem primeiras edições pesquisadas, por colunas especialmente de cunho eclesial, mas também por matérias e artigos relacionados à cidade, ao estado, ao país, e as outras nações, além de mensagens religiosas e do evangelho da semana.

Focamos nosso trabalho nas cem primeiras edições *d’O Lampadário*, no intento de expor como agia a Igreja Católica, em relação a própria instituição e suas questões internas, às outras denominações religiosas, aos desafios modernos e assuntos relacionados à moral e sociedade. Poucas foram as ilustrações presentes no período pesquisado, onde verificamos cinco fotos. Das cinco fotos publicadas nas cem primeiras edições do impresso, três delas faziam referência Dom Justino.

Ainda sobre essas edições pesquisadas, totalizamos quarenta e cinco artigos de importância para as temáticas por nós analisadas. Deste total, apenas dois artigos tratam de questões da instituição católica. Ainda como uma preocupação relativa, os desafios da modernidade ocuparam seis artigos do periódico.

Sabemos, que á ainda muitas causas que impele o homem ao suicídio... Certo é que o homem não se pode matar por sua própria

autoridade, porque ele não se pertence, sim, a Deus. Portanto, só Deus é quem pode, dispor da vida do homem. O quinto mandamento da Lei de Deus reza assim, “Não matarás”. [...] O suicídio é um crime de tal grandeza que a Igreja nega sepultura cristã ao suicidado, quando há certeza de que ele se achava no gozo de suas faculdades, ao se dar a morte (O LAMPADÁRIO, 06 jun. 1926, p. 1).

Observamos que uma das maiores provocações para a Igreja residia nos assuntos relacionados à moral e a sociedade, percorrendo dezesseis artigos sobre este tema. Aliás, assim como outros veículos da “Boa Imprensa”, o jornal *O Lampadário*, servia como principal instrumento de coerção dos “modos” sociais, se alicerçando na moralidade da sociedade.

Escreveu algures d. Maria Vaz de Carvalho: “Mais de uma vez tenho ouvido vozes femininas levantarem-se em favor da emancipação política e social do seu sexo. Pobres seres híbridos e incompletos são de certo os que tem a cambada ideia de destino da mulher. No dia em que esta for emancipada, cairá para sempre do trono que tem século por degraus. É que a emancipação política seria a abdicação doméstica, quer dizer, a mais dolorosa catástrofe que tem afligido as sociedades. Imagino que nenhuma verdadeira mulher a aceitaria” (O LAMPADÁRIO, 23 mai. 1926, p.2).

Contudo, vinte e um artigos correspondem a assuntos que focam na crítica às outras denominações, como o protestantismo, o espiritismo, e a maçonaria, que eram fortemente enfrentados pela Igreja, sendo este o principal assunto apresentado dentro destas quarenta e cinco edições, e conseqüentemente, algo considerado como principal desafio para a Igreja de Juiz de Fora.

Será possível que Deus esteja sempre disposto a submeter sua vontade à dos homens? E que espíritos são esses, bons ou maus? Bons, de certo não cremos que sejam; não é possível; que os espíritos bons não estão mais em contato com as coisas terrenas, estão se purificando uns, e os outros, já puros, estão no Céu, servindo a Deus. Nesse caso, serão somente os espíritos maus que se manifestam (O LAMPADÁRIO, 11 abr. 1926, p.2).

Em nossa pesquisa no acervo do Arquivo da Arquidiocese de Juiz de Fora, situado na Cúria Metropolitana desta cidade, encontramos os exemplares do jornal *O Lampadário* de 01 de março de 1926, à 05 de janeiro de 1969, quando foi extinto pela



Comissão de Administração da Arquidiocese e se transformou em boletim do jornal *O Lar Católico*, até 1973.

Considerações Finais

Como já informado neste artigo, este material é parte da pesquisa de mestrado em Ciência da Religião e serve como apresentação de parte do conteúdo a ser apresentado integralmente, dessa forma, optamos por compor um texto mais descritivo neste artigo.

Abordamos resumidamente sobre o cenário católico juiz-forano e os desafios da Igreja. Citamos a Boa Imprensa, na qual *O Lampadário* estava inserido, e apontamos especificamente os três assuntos analisados: a própria instituição e suas questões internas, outras denominações religiosas, desafios modernos e assuntos relacionados à moral e sociedade.

A construção prévia de uma tabela contendo assuntos pesquisados a com descrição ampla dos artigos escolhidos para a análise encontra-se em documento separado da dissertação, que posteriormente será anexado à dissertação.

Ainda dentro do período em que estamos pesquisando, foram realizadas entrevistas com personagens importantes que compõem não apenas a Arquidiocese de Juiz de Fora, bem como, fazem parte da história de sua formação.

Referências Bibliográficas

ÁLBUM, Juiz de Fora em 2 Tempos. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, 1996.

ALMEIDA, Rosiléa Arcanjo de. O episcopado restaurador de dom Justino José de Sant'Ana (1924-1958). *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 09-126, jul-dez/2018.

ARQUIDIOCESE de Juiz de Fora. **Juiz de Fora:** nossa História é de fé, nossa igreja tem arte. Dos Primórdios ao Jubileu áureo da Arquidiocese. Juiz de Fora, 2011.

AZEVEDO, Henrique Oswaldo Fraga de. **Evolução do Catolicismo em Juiz de Fora.** Revista Rhema, Juiz de Fora, n 10, p. 116, 1997.

AZZI, Riolando. **A neocristandade:** um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.



AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal: A Igreja católica em Juiz de Fora (1850-1950)**. Juiz de Fora, Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

BARBOSA, Yuri Amaral. **O processo urbano de Juiz de Fora – MG: Aspectos econômicos e espaciais do Caminho Novo ao ocaso industrial**. Juiz de Fora, 2013. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: UFJF, 2013.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BEOZZO, José Oscar. **Pe. Júlio Maria**. In: **História da Teologia na América Latina**. São Paulo, Ed. Paulinas, 1981, p. 118.

BOTTI, Carlos Alberto Hargreaves. **Companhia Mineira de Eletricidade**. Juiz de Fora: UFJF, 1994.

CASTRO, Giane de Souza. **A cruz e o compasso: o conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2008.

COSTA, Mônica Euzébio da. **Os jornais católicos e suas representações: um estudo sobre gênero, divórcio e família em Juiz de Fora/MG (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

COUTO, Rita. **Santana: Uma capela tirolesa na colônia alemã de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edição do Autor, 2016.

CROCE, Marcus Antônio. O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: O Balanço de uma Conjuntura 1888/1898. **Heera Revista de Economia Aplicada & Economia Regional Aplicada**, v. 3, p.1-31, 2007.

ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora: 1850/1930**. Juiz de Fora: EDUJF, 1988.

KAPPEL, Oscar. **Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora 140 anos de história**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada, 2002.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros (Do Caminho Novo à proclamação)**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1985.

LINS, Flávio; BRANDÃO, Cristina. **Cariocas do Brejo entrando no ar: o rádio e a televisão na construção da identidade juiz-forana (1940-1960)**. Juiz de Fora: UFJF, 2012.



LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983.

MOREIRA, Arthur. **Carnaval em Juiz de Fora: Identidade Comunitária ou produto da indústria cultural?** São Bernardo do Campo, 2008. Disponível em: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1837> Acesso em: 30 março. 2012.

MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60-70 em Juiz de Fora**. São Paulo: Nankin; Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

O ESPIRITISMO. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 11 abr. 1926. p. 1.

OLIVEIRA, P. **História de Juiz de Fora**. 2.ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Industria Ltda, 1966.

OLIVEIRA, Simone G. de. O Espiritismo em Juiz de Fora: do surgimento à consolidação de uma “religião”. In: TAVARES, Fátima R. Gomes; CAMURÇA, Marcelo Ayres (org.). **Minas das devoções: diversidade religiosa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF/PPCIR, 2003, p.137-156.

O Lampadário, Ano I, 01 de março de 1926.

_____. Ano I, 11 de abril de 1926.

_____. Ano I, 25 de maio de 1926.

_____. Ano I, 06 de junho de 1926.

O Pharol, ANO XVI, 30 de novembro de 1882.

PAIVA, Alessandra Viana de. **Espiritismo e cultura letrada: valorização da doutrina Kardecista**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e reforma católica ultramontana da igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2002. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000142.pdf>>. Acesso em 10 Out. 2022.



RESOLUÇÕES aprovadas nas Conferências Episcopais da província Ecclesiastica de Mariana – Realizadas em Juiz de Fora, de 19 a 25 de abril de 1923. J. Ladeira, Campinas: TYP.Casa Mascotte, 1923.

RIBAS, Ana Paula. **“A Boa Imprensa” e a “Sagrada Família”**: sexualidade, casamento e moral nos discursos da Igreja católica em Florianópolis – 1929/1959. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis: UESC, 2009.

SILVA, Máira Carvalho Carneiro. **Lugar de trabalhador é na área de serviço**. Moradia popular em Juiz de Fora (1892-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: UFJF, 2015. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Maira-Carvalho-Carneiro-Silva.pdf>>. Acesso em, p. 13 Set. 2022.